

26 e 27 Abril 2006

www.carloscoelho.org

em destaque:

Relatório de Duarte Freitas relativo às Pescas aprovado no Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu aprovou o relatório relativo à celebração da Convenção para o reforço da Comissão Interamericana do Atum Tropical.

O relatório de Duarte FREITAS diz respeito à proposta de decisão do Conselho relativa à celebração, em nome da Comunidade Europeia, da Convenção para o reforço da Comissão Interamericana do Atum Tropical estabelecida pela Convenção de Antígua.

Esta organização regula importantes zonas de pesca onde a frota comunitária opera, revestindo-se de particular importância a captura do atum na zona do Leste do Pacífico.

Segundo Duarte FREITAS, "*é agora conveniente que a Comunidade proceda à celebração desta nova Convenção para que finalmente se torne membro de pleno direito da CIAT*", propondo ao Parlamento o parecer favorável à celebração da Convenção.

Indicador de Competência Linguística

Como afirma o Parlamento num relatório adoptado sobre a promoção do multilinguismo, **um bom conhecimento de pelo menos duas línguas estrangeiras** deveria ser uma competência básica de qualquer cidadão europeu que estude ou trabalhe na UE.

A Comissão propõe a criação de um Indicador de Competência Linguística com um elevado grau de precisão e credibilidade, comum para todos os Estados-Membros, com vista a medir o conjunto dos conhecimentos de línguas estrangeiras.

"Carros inteligentes" que fazem chamadas de emergência poderão salvar vidas a partir de 2009

O tempo de espera pelos serviços de emergência após um acidente poderá ser reduzido para metade e o número de mortes nas estradas diminuir de 5% a 10% com as propostas que irão ser amanhã votadas no Parlamento.

O sistema **eCall** instalado nos veículos enviará, por satélite, à central de emergência mais próxima informações precisas sobre o local do acidente.

Deputados assinalam 20 anos do acidente nuclear de Chernobyl

O Parlamento Europeu comemorou 20 anos do acidente nuclear de Chernobyl. **Os efeitos da radioactividade ainda são sentidos** pelos que sobreviveram à tragédia e pelos seus descendentes.

A Comissão Europeia e o Parlamento juntaram-se para assinalar esta data, com uma declaração sobre o acidente nuclear e as lições que se podem tirar para o futuro. A aposta nas energias renováveis é uma delas.

UE e América Latina: Relações fortes

No relatório aprovado em plenário sobre a cooperação entre a União Europeia e a América Latina, o Parlamento Europeu formula novas propostas e recomendações à 4ª Cimeira UE-ALC, que se realizará em Viena a 12 e 13 de Maio.

O objectivo é relançar uma parceria estratégica que, actualmente, está longe de atingir o seu nível ideal de desenvolvimento, tanto no plano político e da segurança, como nos aspectos comerciais, sociais e orçamentais.

RESCALDO DA SESSÃO PLENÁRIA

➤ Deputados assinalam 20 anos do acidente nuclear de Chernobyl

Completaram-se 20 anos do acidente nuclear de Chernobyl. Os efeitos da radioactividade ainda são sentidos pelos que sobreviveram à tragédia e pelos seus descendentes. A Comissão Europeia e o Parlamento juntaram-se para assinalar esta data, com uma declaração sobre o acidente nuclear e as lições que se podem tirar para o futuro. A aposta nas energias renováveis é uma delas.

Intervenção da Comissão

"A Comissão Europeia junta-se ao Parlamento Europeu para reflectir sobre as consequências do acidente de Chernobyl e tirar as lições necessárias", afirmou Andris **PIEBALGS**. Informação e controlo são duas palavras-chave no que toca à energia nuclear. Desta forma, os Estados-Membros devem contribuir para a troca de informações e informar a Comissão sobre o material nuclear de que dispõem. Segundo o comissário responsável pela Energia, o reforço da segurança nuclear passará ainda pela aplicação de regras que permitam, por um lado, diminuir os acidentes e, por outro lado, fornecer uma resposta rápida em situações de emergência.

Intervenção dos grupos políticos

"A nossa responsabilidade é velar para que seja o único acidente desta natureza", declarou Hans-Gert **POETTERING** (PPE/DE, DE). O líder do PPE/DE insistiu que se tem de averiguar os perigos das centrais nucleares, em especial nos países com ditaduras. O alargamento a Leste, há dois anos, permitiu uma utilização mais segura da energia nuclear nos novos Estados-Membros, com os quais "temos de continuar a ser solidários" para melhorar e garantir a segurança nuclear.

Martin **SCHULZ** (PSE, DE) lembrou as vítimas de Chernobyl, mas referiu que não se pode ignorar os responsáveis: "*um regime ditatorial tentou dissimular os factos quando era necessário reagir para minorar as consequências*". O líder dos Socialistas referiu que no seu grupo coexistem diferentes posições face à energia nuclear, manifestando algumas reservas quanto à proliferação desta energia. Os acidentes, apesar de raros, atingem proporções enormes e, por outro lado, há o risco de um uso abusivo da energia nuclear civil para fins militares, como aconteceu na Índia. "*Não podemos sair do cinismo que reina à volta da energia nuclear*", afirmou. No contexto actual, há "*uma ideia que se transmite: quem tem a arma nuclear não é atacado*", o que pode conduzir a uma corrida ao armamento deste tipo. Para evitar os riscos directos e indirectos da energia nuclear, SCHULZ defende um investimento em fontes mais seguras, como as energias renováveis.

Graham R. **WATSON** (ALDE, UK) centrou precisamente o seu discurso na diversificação das fontes de energia e na aposta nas energias renováveis. "*Temos de investir na segurança*" e em fontes de energia sustentáveis para o futuro.

Claude **TURMES** (Verdes/ALE, LU) criticou algumas posições que se têm tomado face às questões levantadas pela energia nuclear. No caso da AIEA, uma vez que esta tem vindo a rever o número estimado de mortos na sequência do acidente de Chernobyl, TURMES considera-a "*muito pró-nuclear*", acrescentando que a agência "*não deverá poder continuar a interferir nos estudos sobre o nuclear e a saúde*". O deputado manifestou-se contra as exigências da indústria, que pede sete mil reactores nucleares na Europa, sublinhando que o nuclear não é a resposta para as necessidades energéticas da UE.

Jonas **SJÖSTEDT** (CEUE/EVN, SE) sublinhou que os efeitos desta tragédia continuarão a fazer-se sentir. O deputado insistiu que "*a energia nuclear não é segura*" e que tem muitos

custos em termos de manutenção dos reactores e do tratamento dos detritos. "A dependência do petróleo não pode ser substituída pela dependência deste tipo de energia", temos de acabar com estes reactores e apostar nas energias renováveis.

Falando em nome do grupo IND/DEM, Georgios **KARATZAFERIS** (EL) defendeu a suspensão da produção de energia nuclear na Europa. "Somos o maior Parlamento do mundo. Devíamos tomar coragem para acabar com o nuclear", afirmou. Para o deputado, os riscos de um acidente como o de Chernobyl não justificam os benefícios de uma central nuclear, quando se sabe que "durante dois mil anos ainda se vão sentir as consequências desta radioactividade".

Segundo Brian **CROWLEY** (UEN, IE), apesar do que se possa dizer acerca dos avanços tecnológicos, é muito difícil controlar o que o nuclear pode fazer. "A melhor opção é esquecer o nuclear e procurar alternativas", acrescentou.

Jana **BOBOŠÍKOVÁ** (NI, CZ) lembrou as vítimas de Chernobyl e referiu que a UE deve ajudar a construir uma nova barreira para isolar o reactor acidentado de forma a minorar as consequências do acidente. Contudo, sublinhou a importância da energia nuclear, numa altura em que "a UE se encontra refém da energia russa". Segundo a deputada, para conseguir manter o estilo de vida europeu e poder resistir à concorrência de países como os EUA e o Japão, as energias renováveis não bastam. "Apesar dos medos, a UE não pode viver sem o nuclear", concluiu.

PESCAS

➤ **Convenção para o reforço da Comissão Interamericana do Atum Tropical**

O Parlamento Europeu aprovou por 534 votos a favor, 25 contra e 7 abstenções o relatório de Duarte FREITAS (PPE/DE, PT) sobre a celebração da Convenção para o reforço da Comissão Interamericana do Atum Tropical.

O relatório de Duarte FREITAS diz respeito à proposta de decisão do Conselho relativa à celebração, em nome da Comunidade Europeia, da Convenção para o reforço da Comissão Interamericana do Atum Tropical estabelecida pela Convenção de Antígua. Esta organização regula importantes zonas de pesca onde a frota comunitária opera, revestindo-se de particular importância a captura do atum na zona do Leste do Pacífico.

A CE participou activamente na redacção desta nova Convenção de modo a que contivesse as disposições necessárias para que a Comissão Interamericana do Atum Tropical (CIAT) se tornasse numa organização aberta que permitisse a qualquer parte com interesse real tornar-se membro, em conformidade com o artigo 8º do Acordo das Nações Unidas de 1995 sobre as populações de peixes transzonais e altamente migradores. Segundo Duarte FREITAS, "**é agora conveniente que a Comunidade proceda à celebração desta nova Convenção para que finalmente se torne membro de pleno direito da CIAT**", propondo ao Parlamento o parecer favorável à celebração da Convenção.

Duarte **FREITAS** (PPE/DE, PT)

Proposta de decisão do Conselho relativa à celebração, em nome da Comunidade Europeia, da Convenção para o reforço da Comissão Interamericana do Atum Tropical estabelecida pela Convenção de 1949 entre os Estados Unidos da América e a República da Costa Rica

Processo: parecer favorável

Doc.: A6-0070/2006

Debate: sem debate (Artigo 131º do Regimento) Votação: 27/4/2006

TRANSPORTES

➤ "Carros inteligentes" que fazem chamadas de emergência poderão salvar vidas a partir de 2009

O tempo de espera pelos serviços de emergência após um acidente poderá ser reduzido para metade e o número de mortes nas estradas diminuir de 5% a 10% com as recomendações feitas no relatório hoje aprovado no PE. O sistema eCall instalado nos veículos enviará por satélite à central de emergência mais próxima informações precisas sobre o local do acidente. O eCall deverá funcionar em toda a UE, em benefício de mais de 100 milhões de pessoas que anualmente se deslocam ao estrangeiro de automóvel.

Durante o debate em plenário sobre o relatório de Gary **TITLEY** (PSE, UK) relativo ao eCall, o deputado português Emanuel Jardim **FERNANDES** (PSE) realçou que a introdução deste sistema assegurará um serviço de urgência, uma resposta mais rápida no caso de acidentes e poderá contribuir para reduzir para cerca de metade os acidentes e os mortos nas estradas. *"Por isso mesmo este é um objectivo que deve mobilizar toda a União e todos os Estados-Membros, a começar pelo meu próprio, que tem de dar uma resposta mais rápida àquilo que tem a fazer"*.

O deputado acrescentou que, embora não se refiram as regiões ultraperiféricas portuguesas, espanholas e francesas, espera que isto não seja motivo para adiar a aplicação nestas regiões mais marcadas por constrangimentos permanentes. *"Penso que esta tem de ter uma aplicação em toda a União Europeia e, portanto, também nestas regiões"*.

Luís **QUEIRÓ** (PPE, PT) referiu que o projecto eCall deve ser acolhido positivamente e contar com o apoio do Parlamento. *"Mas isso não basta"*. O deputado português salientou que este tipo de iniciativa depende do concurso entre múltiplas entidades públicas e privadas que vão da indústria automóvel aos operadores de telecomunicações, aos fornecedores de equipamentos, aos concessionários de auto-estradas, às companhias de seguros, etc. *"A recepção por todas as partes envolvidas, como nós temos visto, tem sido genericamente positiva, pelo que é imperativo que os Estados-Membros que ainda não accionaram o Memorando de Entendimento para a implementação do eCall o façam rapidamente viabilizando mais este projecto em benefício de uma segurança rodoviária melhor e mais eficaz"*, insistiu. *"Não se trata de um custo, mas sim de um investimento"*.

No fim do debate, a comissária Viviane **REDING** disse que já deu início a onze processos de infracção contra Estados-Membros. Os processos – contra Portugal, Grécia, Irlanda, Itália, Chipre, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Países Baixos e Eslováquia – têm como fundamento a não disponibilidade de informações sobre a localização dos autores de chamadas de emergência.

O que é o eCall?

O eCall é um serviço pan-europeu de chamadas de emergência a partir dos veículos. Em caso de acidente, o dispositivo a bordo do veículo transmite uma chamada de emergência que é directamente encaminhada para a central mais próxima, o que poderá salvar até 2.500 vidas por ano e reduzir até 15% a gravidade das lesões.

A característica de salva-vidas do eCall reside na sua capacidade de fornecer informações precisas sobre o local do acidente: a central pública de atendimento de chamadas de emergência mais próxima é imediatamente avisada e sabe exactamente onde se dirigir, o que reduz drasticamente o tempo necessário para as operações de socorro.

No relatório hoje aprovado em plenário, o Parlamento Europeu insiste com os Estados-Membros que ainda não o fizeram que assinem o mais rapidamente possível o Memorando de Entendimento sobre o eCall para que este possa estar plenamente implantado em 2009. O objectivo do Memorando de Entendimento é garantir que o sistema funcione em todos os Estados-Membros da União Europeia. As partes interessadas deverão implementar o eCall conjuntamente, com base na arquitectura e nas especificações comuns aprovadas, incluindo o conjunto mínimo de dados.

Nas alterações aprovadas em plenário, o Parlamento especifica que o sistema eCall deve vir a ser implementado em todos os veículos, "incluindo os veículos pesados de mercadorias" (alteração 5), e que "qualquer atraso na introdução do Programa Galileo não deve constituir um obstáculo à implementação do eCall" (alteração 2).

Serviço eCall para todos

No passado, foram desenvolvidos alguns sistemas de chamadas de emergência privados, e alguns já se encontram no mercado em determinadas marcas de automóveis, mas a sua penetração é limitada (normalmente reservada a veículos topo de gama) e não asseguram o serviço adequado quando os veículos atravessam as fronteiras. O objectivo do projecto eCall é ser introduzido em todos os veículos da Europa, de todas as marcas e tipos, e funcionar em qualquer local do território europeu onde eles se encontrem, prestando assim serviço a mais de 100 milhões de pessoas que anualmente se deslocam ao estrangeiro de automóvel. O eCall pode ser activado manualmente, mas em caso de acidente grave o veículo activa-o automaticamente.

Tendo em conta que muitas tecnologias novas podem ser dispendiosas e que os compradores de automóveis novos (em especial no sector de gama baixa do mercado automóvel) nem sempre estão dispostos ou têm condições para pagar o seu custo integral, os deputados convidam todas as partes interessadas a cooperarem na definição de incentivos para acelerar a introdução do sistema eCall, como por exemplo, a ligação aos regimes de seguros.

O serviço eCall será baseado no número de emergência único europeu, o 112, que foi recentemente generalizado a toda a UE, garantindo deste modo a interoperabilidade em toda a Europa. A fim de melhorar a localização das chamadas de emergência, o 112 tem um complemento, o E112, que deverá permitir a localização imediata da chamada de emergência.

"Ao reduzir o tempo de resposta ao acidente em cerca de 50%, o eCall reduzirá a gravidade dos acidentes rodoviários, contribuindo, assim, para o objectivo de diminuir o número de mortes em acidentes rodoviários na UE. Esta melhoria irá ao encontro do objectivo de reduzir os acidentes e as mortes na estrada fixado no Programa de Acção Europeu relativo à segurança rodoviária aprovado pelo Conselho", explica o relator da Comissão dos Transportes e do Turismo do PE, Gary TITLEY.

Para além do número de vidas que o eCall poderá ajudar a salvar todos os anos na UE, estima-se que a poupança obtida com a redução dos acidentes (incluindo os custos sociais e de saúde) e dos congestionamentos possa ascender a cerca de 26 mil milhões de euros por ano.

Implementação do eCall nos Estados-Membros da UE

Estado-Membro	Assinatura do Memorando de Entendimento sobre o eCall	Estado de implementação
Bélgica	Debate entre ministérios	Adaptação e reorganização dos serviços de emergência
República Checa	Procedimento iniciado	E112 operacional. Candidata a projecto-piloto
Dinamarca	Procedimento iniciado	
Alemanha	Apoio ao eCall. Länder delegaram no Ministério Federal	Assinatura condicionada à resolução da questão da privacidade dos dados
Estónia		
Grécia	Assinado	
Espanha	Competência regional	E112 operacional. Posição escrita crítica do eCall. Reunião próxima
França	Debate entre ministérios	
Irlanda		
Itália	Assinado	Adaptação dos serviços de emergência. Candidata a projecto-piloto
Chipre	Assinado	
Letónia		
Lituânia	Assinado	Adaptação dos serviços de emergência
Luxemburgo		
Hungria	Procedimento iniciado	Adaptação dos serviços de emergência. Reunião de peritos na Primavera de 2006. Candidata a projecto-piloto
Malta	Debate entre ministérios	Início de estudo socioeconómico
Países Baixos	Procedimento iniciado	Adaptação dos PSAP. Implementação em 2006. Candidato a projecto-piloto
Áustria		
Polónia		
Portugal	Debate entre ministérios	
Eslovénia	Assinado	
Eslováquia		
Finlândia	Assinado	Banco de ensaio operacional. Candidata a projecto-piloto
Suécia	Assinado	Candidata a projecto-piloto
Reino Unido	Sujeito às perspectivas financeiras	E112 operacional. Investigação sobre RSQ (Road Safety Quest – Busca de Segurança Rodoviária) nos PSAP do Reino Unido

Consultar comunicado de imprensa

<http://europa.eu.int/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/06/464&format=HTML&aged=0&language=PT&language=en>

Processo de infracção contra Portugal

Gary TITLEY (PSE, UK)

A segurança rodoviária: um serviço "eCall" para todos

Processo: relatório de iniciativa

Doc.: A6-0072/2006

Debate: 27/4/2006

Votação: 27/4/2006

EDUCAÇÃO

➤ **Conhecimento de línguas estrangeiras contribuirá para aumentar a mobilidade na UE**

Um bom conhecimento de pelo menos duas línguas estrangeiras deveria ser uma competência básica de qualquer cidadão europeu que estude ou trabalhe na UE, afirma o Parlamento num relatório adoptado sobre a promoção do multilinguismo. Os deputados apoiam vivamente a proposta de introduzir um Indicador Europeu de Conhecimentos Linguísticos, que permitirá comparar as habilitações linguísticas dos cidadãos dos vários Estados-Membros e as respectivas políticas nesta área.

Na Europa alargada de hoje, é mais importante do que nunca que os cidadãos europeus disponham dos necessários conhecimentos e habilitações linguísticas. "*Dada a diversidade linguística e cultural europeia, o conhecimento de varias línguas estrangeiras facilita a comunicação e simultaneamente incita a sermos mais abertos para os nossos concidadãos, as suas culturas e opiniões*", explica o relator da Comissão da Cultura e da Educação do PE, Manolis MAVROMMATIS (PPE/DE, EL), cujo relatório foi hoje aprovado em plenário por 435 votos a favor, 22 contra e 23 abstenções.

Para além disso, um cidadão com bons conhecimentos de línguas estrangeiras tem mais possibilidades de tirar partido da liberdade de trabalhar e estudar noutro Estado-Membro da UE. A criação de uma sociedade europeia verdadeiramente multilingue, em que cada cidadão disponha de competências práticas em pelo menos duas línguas para além da sua língua materna, é, portanto, de importância fundamental para a realização da Europa dos Cidadãos e, em particular, para o aumento da mobilidade.

A proposta da Comissão Europeia sobre a introdução de um Indicador Europeu de Conhecimentos Linguísticos dá seguimento à decisão do Conselho Europeu de Barcelona de Março de 2002, em que os Chefes de Estado e de Governo solicitaram a melhoria da aprendizagem das habilitações básicas através do ensino de pelo menos duas línguas estrangeiras desde a mais tenra idade e a adopção de um indicador de conhecimentos linguísticos. Actualmente, não há na União Europeia dados sobre os reais conhecimentos linguísticos dos cidadãos, o que torna indispensável a criação de sistemas fidedignos de medição dos progressos realizados para atingir o objectivo do Conselho Europeu de Barcelona e fazer evoluir os sistemas de ensino e formação.

A Comissão propõe a criação de um Indicador de Competência Linguística com um elevado grau de precisão e credibilidade, comum para todos os Estados-Membros, com vista a medir o conjunto dos conhecimentos de línguas estrangeiras. O Indicador, baseado em provas de conhecimento objectivas feitas a uma amostragem da população, medirá quatro competências linguísticas: leitura, compreensão, conversação e redacção.

O Indicador deverá descrever a competência linguística em cada um dos seis níveis da escala do Quadro Comunitário de Referência Comum para as línguas (Conselho de Europa), que já é utilizado em muitos Estados-Membros.

A Comissão propõe que a avaliação dos conhecimentos linguísticos se faça, numa primeira fase, nas cinco línguas mais ensinadas na UE (inglês, francês, alemão, espanhol e italiano) e, eventualmente, mais tarde, num maior leque de línguas. O Parlamento Europeu concorda com a Comissão que, numa primeira fase, esse indicador deverá medir os conhecimentos nas cinco línguas mais ensinadas, mas convida a Comissão e o Conselho a tomarem as medidas necessárias para alargar o mais rapidamente possível esta avaliação a outras línguas oficiais.

Os deputados acolhem ainda favoravelmente a previsão de enquadrar o Indicador com informações apropriadas sobre diversos factores que afectam os conhecimentos linguísticos (televisão, ambiente familiar, número de horas de ensino, experiência de ensino dos professores, etc.).

De acordo com uma sondagem do Eurobarómetro realizada em Setembro de 2005, o inglês, francês, alemão, espanhol e italiano são as línguas estrangeiras mais escolhidas pelos cidadãos de UE. É, no entanto de assinalar que, segundo dados recentes, apesar de a percentagem de alunos do ensino primário que aprendem uma língua estrangeira ter aumentado, o número de línguas tem diminuído. Em muitos países a aprendizagem de línguas estrangeiras tende a limitar-se ao inglês.

A sondagem do Eurobarómetro revela ainda que apenas cerca de 50% dos cidadãos da UE, em média, declaram poder participar numa discussão numa outra língua que a sua língua materna, havendo enormes diferenças entre os Estados-Membros.

Emmanouil **MAVROMMATIS** (PPE/DE, EL)

Promoção do multilinguismo e a aprendizagem das línguas na União Europeia: Indicador Europeu de Competência Linguística

Processo: relatório de iniciativa

Doc.: A6-0074/2006

Debate: 27/4/2006

Votação: 27/4/2006

CONTROLO ORÇAMENTAL

➤ **Quitação ao PE adiada para averiguar a situação dos edifícios em Estrasburgo**

O Parlamento Europeu decidiu seguir a recomendação do relator da Comissão do Controlo Orçamental, Markus FERBER (PPE/DE, DE), e adiar a quitação ao Parlamento Europeu para o exercício de 2004. O relator explicou que precisa de mais tempo para averiguar os dados recentes sobre os edifícios em Estrasburgo. Não se trata de uma decisão negativa sobre a quitação, mas sim para ter tempo suplementar e por razões jurídicas, acrescentaram outros deputados da Comissão do Controlo Orçamental.

Os factos novos que foram revelados nos últimos dias sobre os edifícios em Estrasburgo e razões jurídicas estão na base do adiamento da quitação ao Parlamento Europeu. Markus FERBER explicou, antes da votação em plenário, que precisa de "*mais tempo para analisar a questão*", recorrendo ao artigo 5º, nº 1, alínea a), segunda parte, do Anexo V do Regimento do Parlamento Europeu.

Caso a proposta de concessão de quitação não obtenha maioria, como foi o caso – 3 votos a favor, 591 contra e 13 abstenções – a quitação será considerada adiada e a comissão competente quanto à matéria de fundo, ou seja, a Comissão do Controlo Orçamental, apresentará um novo relatório dentro de seis meses, incluindo uma nova proposta de concessão ou recusa de quitação.

"Não estamos a discutir a questão da sede do Parlamento Europeu em Estrasburgo, que está claramente prevista nos Tratados", clarificou Markus FERBER.

Parlamento dá quitação à Comissão Europeia

Por 523 votos a favor, 62 contra e 18 abstenções, o Parlamento Europeu deu hoje quitação à Comissão pela execução do orçamento geral da UE para o exercício de 2004. O princípio geral defendido foi o de que as autoridades políticas pertinentes dos Estados-Membros devem assumir a responsabilidade pelos fundos colocados à sua disposição.

Embora a Comissão Europeia seja, nos termos do Tratado, a única instituição responsável pela execução do orçamento, quatro em cada cinco euros são, na realidade, despendidos pelos Estados-Membros, no âmbito da gestão partilhada. O Parlamento Europeu defendeu, ao aprovar o relatório de Jan **MULDER** (ALDE, NL), que os Estados-Membros devem ser responsabilizados pela sua utilização dos fundos comunitários e que os parlamentos nacionais e os meios de comunicação social devem ser o principal meio de garantir essa responsabilidade (§ 16).

Segundo os deputados, uma declaração política que cubra a totalidade dos fundos comunitários objecto de gestão partilhada, assinada pelo ministro das Finanças, em conformidade com o proposto na resolução relativa à quitação de 2003, "*continua a ser necessária e corresponderia a um progresso importante*". A eventual assinatura ao nível dos Estados-Membros não é tanto "uma questão de forma", mas, principalmente, "*um sinal que revela a qualidade pretendida para os sistemas de supervisão e de controlo que operam sob aquela assinatura*" (§ 34 e 35).

Notando a resistência dos Estados-Membros sobre este ponto, o Parlamento sublinha que "*o mais importante é encontrar uma forma de identificar as insuficiências dos actuais sistemas de supervisão e de controlo e adoptar as medidas correctivas adequadas para assegurar uma melhor gestão financeira dos fundos comunitários*". O PE sugere a abordagem alternativa de declarações sectoriais (§ 37), adiantando que as declarações nacionais podem compreender várias declarações e não uma única declaração, a fim de ter em conta o sistema político federal e descentralizado de alguns Estados-Membros.

À luz do acordo sobre as Perspectivas Financeiras, o Parlamento regozija-se com as iniciativas adoptadas pelo Conselho visando reforçar a responsabilidade dos Estados-Membros em relação à melhoria do controlo das acções abrangidas pela gestão partilhada, tendo em vista lograr uma declaração de fiabilidade positiva, nomeadamente o compromisso assumido pelo Conselho de elaborar uma síntese anual, ao nível nacional apropriado, das auditorias e declarações disponíveis (alteração 2).

Para conseguir uma declaração de fiabilidade positiva, importa conferir prioridade a uma gestão financeira sólida relativamente aos fundos sujeitos a gestão partilhada. Os deputados prevêem que, "*enquanto parte das suas responsabilidades reforçadas em relação aos Fundos Estruturais e em conformidade com os requisitos constitucionais nacionais, as autoridades de auditoria competentes nos Estados-Membros elaborarão uma avaliação relativamente à conformidade dos sistemas de gestão e de controlo com os regulamentos comunitários*" (alteração 3).

O artigo 274º do Tratado requer que os Estados-Membros cooperem com a Comissão a fim de assegurar que as dotações sejam utilizadas de acordo com os princípios da boa gestão financeira. A Comissão deve, por isso, poder exigir a cada Estado-Membro a garantia de que estas responsabilidades de controlo foram plenamente respeitadas e, em particular, que o risco de erros nas operações subjacentes está a ser suficientemente gerido (§ 33).

O Parlamento Europeu deu ainda quitação às outras instituições e agências europeias, com base nos relatórios de Nils **LUNDGREN** (IND/DEM, SE), Rodi **KRATSA-TSAGARPOULOU** (PPE/DE, EL) e Umberto **GUIDONI** (CEUE/EVN, IT).

Consultar Regimento do PE

http://www.europarl.europa.eu/omk/sipade3?SAME_LEVEL=1&LEVEL=1&NAV=X&HNAV=Y&DETAIL=&PUBREF=-//EP//TEXT+RULES-EP+20060213+ANN-05+DOC+XML+V0//PT

Processo a aplicar na apreciação e aprovação das decisões sobre a concessão de quitação

RELAÇÕES EXTERNAS

➤ UE e América Latina: Relações fortes

No relatório aprovado em plenário sobre a cooperação entre a União Europeia e a América Latina, o Parlamento Europeu formula novas propostas e recomendações à 4ª Cimeira UE-ALC, que se realizará em Viena a 12 e 13 de Maio, com vista a relançar uma parceria estratégica que, actualmente, está longe de atingir o seu nível ideal de desenvolvimento, tanto no plano político e da segurança, como nos aspectos comerciais, sociais e orçamentais.

A América Latina é um parceiro privilegiado para uma União que se procura afirmar como actor mundial e que se tornou o primeiro investidor estrangeiro, o primeiro doador de fundos a esta região e o primeiro parceiro comercial de muitos países latino-americanos, em especial os pertencentes ao Mercosul. De acordo com o autor do relatório, o deputado espanhol José Ignacio **SALAFRANCA SÁNCHEZ-NEYRA** (PPE/DE), "*a 4ª Cimeira UE-ALC de Viena não pode pretender ser um verdadeiro sucesso se a sua declaração final se limitar a fazer o inventário de dezenas de boas intenções e de compromissos essencialmente declaratórios. A mesma cimeira será, pelo contrário, um verdadeiro sucesso se permitir adoptar um conjunto limitado de compromissos decisivos e verificáveis em determinados aspectos essenciais para a parceria estratégica bi-regional*", como a busca comum de um verdadeiro multilateralismo, a contribuição decisiva para os processos de integração regional na América Latina e compromissos concretos em matéria de coesão social e em matéria de migração e de intercâmbio de pessoas.

O relatório apresenta numerosas propostas e recomendações. Em linhas gerais, reitera a absoluta necessidade de manter uma visão estratégica de conjunto para a Associação, que não se limite a propostas ou acções isoladas e que prossiga os objectivos finais do estabelecimento de uma autêntica associação política e de segurança, da criação de uma zona euro-latino-americana de comércio livre no horizonte de 2010 e da concretização de uma verdadeira parceria em matéria social e nos domínios do conhecimento e da busca em comum de um desenvolvimento sustentável.

No plano político, o Parlamento Europeu dá ênfase às propostas relativas a uma Carta Euro-Latino-Americana para a Paz e a Segurança, à criação de um Centro Bi-regional de Prevenção de Conflitos, à procura sistemática de um consenso euro-latino-americano nas diversas organizações e negociações internacionais, à actualização do diálogo político ministerial e à instituição de uma Assembleia Transatlântica Euro-latino-americana.

Nos planos económico e comercial, é reiterada a proposta sobre a criação de uma Zona Euro-latino-americana de Comércio Livre no horizonte de 2010 (ou, em todo o caso, o mais próximo possível dessa data), em duas fases: a primeira, mediante a conclusão, em Viena, das negociações do Acordo de Associação UE - Mercosul, do início de negociações relativas a Acordos de Associação com a CAN e a América Central, respectivamente, a aplicação efectiva a todas as Partes do novo SPG+, até à entrada em vigor dos referidos Acordos, e o aprofundamento dos acordos já existentes UE- México e UE - Chile, a fim de extrair todas as potencialidades dos mesmos; quanto à segunda fase, consistiria, por seu turno, na conclusão de um Acordo Global Inter-regional.

Por outro lado, o relatório reafirma ainda propostas que têm em vista a instituição de uma efectiva Associação no domínio social, do conhecimento e da busca de um desenvolvimento sustentável, através de certos instrumentos e medidas, como, por exemplo, a criação do Fundo de Solidariedade Bi-regional e de uma "Facilidade América Latina" (também

denominada "Facilidade Ferrero-Waldner"), a adopção de um quadro legislativo específico para uma cooperação diferenciada da União com a América Latina, a abertura aos países latino-americanos dos programas da UE em matéria de formação profissional, de educação, de cultura, de saúde e de imigração e a atribuição de recursos orçamentais em consonância com as ambições declaradas. Por último, outras propostas importantes referem-se à criação de uma Fundação Europa-América Latina, de carácter público e privado, a exemplo das que já existem para a Ásia e o Mediterrâneo, e de um mecanismo de colaboração com o Secretariado-Geral Ibero-americano e com as Conferências Ibero-americanas.

O Parlamento refere ainda que a nova comunicação estratégica da Comissão, há muito esperada, sobre uma parceria reforçada entre a UE e a América Latina deverá permitir compreender as causas, inverter a tendência e colocar aquelas relações no lugar que merecem.

José Ignacio SALAFRANCA SÁNCHEZ-NEYRA (PPE/DE, ES)

Relator

Uma parceria reforçada entre a União Europeia e a América Latina

Processo: relatório de iniciativa

Doc.: A6-0047/2006

Debate: 26/4/2006

Votação: 27/4/2006

PESCAS

➤ **Cooperação entre a CE e a Mauritânia em matéria de pesca marítima**

O Parlamento Europeu aprovou por 456 votos a favor, 74 votos contra e 61 abstenções o relatório do deputado português Pedro GUERREIRO (CEUE/EVN) sobre a celebração do acordo relativo às alterações do protocolo que fixa, até 31 de Julho de 2006, as possibilidades de pesca previstas no Acordo de cooperação em matéria de pesca marítima entre a CE e a Mauritânia.

O presente protocolo (2001-2006) constitui o mais importante acordo bilateral celebrado pela Comunidade em termos financeiros, económicos e de possibilidades de pesca para várias espécies.

A proposta de regulamento do Conselho respeitante à celebração do acordo, sobre a qual o Parlamento Europeu foi consultado, tem por objectivo alterar o protocolo anexo ao Acordo de cooperação em matéria de pesca marítima entre a CE e a Mauritânia.

As alterações propostas são uma redução temporária de cinco licenças de pesca para a categoria de pesca "cefalópodes" (categoria 5), a fixação de um segundo período de repouso biológico de um mês para a pesca de fundo, um aumento do número de navios de 31 para 35 para a categoria de pesca "atuneiros com canas e palangreiros de superfície" (categoria 8) e, para a categoria de pesca "arrastões congeladores de pesca pelágica" (categoria 9), um aumento do número de navios de 15 para 25.

Na sequência das alterações, as novas possibilidades de pesca para as categorias "atuneiros com canas e palangreiros de superfície" e "arrastões congeladores de pesca pelágica" são repartidas pelos Estados-Membros de acordo com a seguinte chave de repartição, proporcionalmente à chave de repartição fixada no protocolo inicial:

Categoria de pesca	Estado-Membro	Número actual utilizável de navios + aumento previsto
Atuneiros com canas	Espanha	20 + 3= 23
Palangreiros de superfície	Portugal	3 + 0= 3
(navios)	França	8 + 1= 9

Relativamente ao procedimento seguido, Pedro GUERREIRO constata que, mais uma vez, o Parlamento foi consultado muito tardiamente sobre um texto acordado há largos meses, situação que lamenta. Em breve, iniciar-se-á formalmente o ciclo de negociações relativas ao novo protocolo destinado a substituir o actual, que expira em Julho de 2006. "Espera-se que, no decorrer deste novo procedimento, se não venham a repetir os mesmos lamentáveis atrasos na consulta do Parlamento e que esta seja feita atempada e oportunamente", refere o deputado.

Pedro **GUERREIRO** (CEUE/EVN, PT)

Proposta de regulamento do Conselho respeitante à celebração do acordo sob forma de troca de cartas relativo às alterações do protocolo que fixa, para o período compreendido entre 1 de Agosto de 2001 e 31 de Julho de 2006, as possibilidades de pesca e a contrapartida financeira previstas no Acordo de cooperação em matéria de pesca marítima entre a Comunidade Europeia e a República Islâmica da Mauritânia

Processo: consulta legislativa

Doc.: A6-0066/2006

Debate: sem debate (*Artigo 131º do Regimento*) Votação: 27/4/2006

INSTITUIÇÕES

➤ **Delegação para as relações com o Irão não muda de nome**

Na sessão plenária de 27 de Abril, os deputados rejeitaram a proposta da Conferência de Presidentes no sentido de alterar o nome da "delegação para as relações com o Irão" para "delegação para as relações com a República Islâmica do Irão".

Na sua reunião de 6 de Abril, a Conferência de Presidentes do PE decidiu aceitar o pedido da delegação para as relações com o Irão de mudar o nome para "delegação para as relações com a República Islâmica do Irão". Esta proposta foi, no entanto, rejeitada pela maioria dos deputados, no início do período de votações. O deputado português Paulo **CASACA** (PSE) manifestou, na abertura da sessão, a sua "total oposição a essa transformação, que representa uma cedência inadmissível às exigências do novo Presidente da República do Irão, Mahmoud Ahmadinejad". Segundo CASACA, membro da referida delegação, "não há rigorosamente razão nenhuma que justifique este acto, que é absolutamente insólito no contexto da tradição do Parlamento Europeu", opondo-se vivamente a essa decisão.

